



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

PAUTA DA 26ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**11/07/2019
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fabiano Contarato
Vice-Presidente: Senador Jaques Wagner**



Comissão de Meio Ambiente

**26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11/07/2019.**

26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Debater a gestão do Fundo Amazônia, as propostas do MMA para a governança dos recursos e a ingerência política no BNDES.	7

2ª PARTE - DELIBERATIVA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PRB, PP)			
Eduardo Braga(MDB)(10)(17)	AM (61) 3303-6230	1 Marcio Bittar(MDB)(6)(16)	AC
Confúcio Moura(MDB)(10)	RO	2 José Maranhão(MDB)(16)(17)	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493
Marcelo Castro(MDB)(10)	PI	3 Jader Barbalho(MDB)(17)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832
Luis Carlos Heinze(PP)(13)	RS	4 Ciro Nogueira(PP)(17)	PI (61) 3303-6185 / 6187
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)			
Plínio Valério(PSDB)(8)	AM	1 Major Olimpio(PSL)(11)	SP
Soraya Thronicke(PSL)(9)	MS	2 Roberto Rocha(PSDB)(14)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Lasier Martins(PODEMOS)(15)	RS (61) 3303-2323	3 Alvaro Dias(PODEMOS)(15)	PR (61) 3303-4059/4060
Styvenson Valentim(PODEMOS)(20)	RN	4 Eduardo Girão(PODEMOS)(20)	CE
Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
Leila Barros(PSB)(3)	DF	1 Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP (61) 3303-6568
Marcos do Val(CIDADANIA)(3)	ES	2 Alessandro Vieira(CIDADANIA)(3)	SE
Fabiano Contarato(REDE)(3)	ES	3 Eliziane Gama(CIDADANIA)(19)	MA
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)			
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	1 Jean Paul Prates(PT)(7)	RN
Telmário Mota(PROS)(7)	RR (61) 3303-6315	2 Paulo Rocha(PT)(7)	PA (61) 3303-3800
PSD			
Carlos Viana(2)	MG	1 Lucas Barreto(2)	AP
Otto Alencar(2)	BA (61) 3303-1464 e 1467	2 Omar Aziz(2)(18)	AM (61) 3303.6581 e 6502
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)			
Jayme Campos(DEM)(4)	MT	1 Maria do Carmo Alves(DEM)(5)	SE (61) 3303-1306/4055
Wellington Fagundes(PL)(4)	MT (61) 3303-6213 a 6219	2 Chico Rodrigues(DEM)(12)	RR

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- (6) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- (8) Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- (9) Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- (10) Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- (11) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
- (13) Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- (14) Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
- (15) Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
- (16) Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
- (17) Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
- (18) Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
- (19) Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
- (20) Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 14:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): AIRTON LUCIANO ARAGÃO JÚNIOR
TELEFONE-SECRETARIA: 61 33033284
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cma@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 11 de julho de 2019
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
26ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

1ª PARTE	Audiência Pública Interativa
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Retificações:

1. Atualização da listagem de convidados em função da aprovação dos requerimentos 41/2019 CMA e 42/2019 CMA. (10/07/2019 19:00)
2. Inclusão de parte deliberativa (11/07/2019 12:16)

1ª PARTE**Audiência Pública Interativa****Assunto / Finalidade:**

Debater a gestão do Fundo Amazônia, as propostas do MMA para a governança dos recursos e a ingerência política no BNDES.

Observações:

A reunião será transmitida ao vivo e aceitará a participação dos cidadãos por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou por telefone: 0800 61 22 11

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [REQ 27/2019 - CMA](#), Senador Jaques Wagner

Convidados:

Representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Sr. Francisco Gaetani

- Ex-Secretário-Executivo do MMA

Sra. Adriana Ramos

- Coordenadora do Instituto Socioambiental (ISA)

Sra. Leila Maria Garcia Fonseca

- Coordenadora Geral do Projeto Biomas
(*representante de: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)*)

Representante do Tribunal de Contas da União (TCU)

Sr. Arthur Koblitz

- Presidente Interino
(*representante de: Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES)*)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

1

REQ
00042/2019



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CMA



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 27/2019, seja incluído o representante da Associação dos Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - AFBNDES.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2019.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)

REQ
00041/2019



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CMA



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 27/2019, que tem como finalidade debater a gestão do Fundo Amazônia, as propostas do MMA para a governança dos recursos e a ingerência política no BNDES, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e representante do Tribunal de Contas da União - TCU.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Amazônia é umas das melhores iniciativas já criadas para combater o desmatamento e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Criado em 2008, por meio do Decreto 6.527, o modelo de gestão adotado, marcado pela transparência e controle social é uma referência internacional como estratégia de financiamento de ações de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento.

O Fundo tem tido também impacto positivo nas populações dedicadas ao extrativismo e em diversas comunidades indígenas. Ele é gerido pelo Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e já investiu R\$ 1,8 bilhão em projetos relacionados à redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal.

Apesar do reconhecimento público, inclusive do próprio Tribunal de Contas da União que, em auditoria realizada ano passado, comprovou a boa gestão do Fundo, o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles vem levantando suspeitas de que existiriam diversas irregularidades na administração e nos projetos apoiados pelo Fundo. Chegou a declarar em entrevista coletiva em 17 de maio, que encontrou irregularidades e inconsistências em cerca de 25% dos projetos e que haveria problemas em 100% dos contratos firmados com as ONGs, sem, no entanto, apresentar nenhum documento comprobatório dessas supostas irregularidades.

Além disso, o Ministro deixou caducar o Comitê Orientador do Fundo Amazônia, órgão formulador das diretrizes, sem o qual o mesmo não pode funcionar. Afirmou ainda que pretende mudar as regras de aplicação dos recursos para pagar indenizações a proprietários de terras das áreas protegidas criadas e reduzir a participação da sociedade na gestão do Fundo. Em reação, os governos doadores se posicionaram contra as mudanças propostas pelo Ministro.

O debate a ser realizado na audiência pública será uma oportunidade ímpar para trazer à tona a verdade dos fatos. Nesse sentido, considero imprescindível a participação do Tribunal de Contas da União - TCU que, pelo trabalho de auditoria realizada em 2018, reúne as melhores condições para discorrer sobre a gestão do Fundo.

Considero igualmente essencial contar com a participação de representante do Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, tendo em vista ser a instituição que gera os dados oficiais sobre o desmatamento da Amazônia e que vem sendo acusada de manipulação dos dados por membros do governo federal. O



ataque contra o Fundo Amazônia e o INPE em nada contribui para a preservação da região, mas sim para sua destruição.

Por essas razões solicito que os membros desta Comissão aprovem o convite aos representantes das instituições que ora requeiro.

Sala da Comissão, 9 de julho de 2019.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)



SF/19171.16809-44 (LexEdit)

APROVADO em 5/6/2019

Vice-Presidente da CMA

Jaques Wagner

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº 27 DE 2019 - CMA



SF/19570.69284-03 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gestão do Fundo Amazônia e a recente ingerência política no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atual gestor do fundo, em face do afastamento da chefe do Departamento de Meio Ambiente, Daniela Baccas, após o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciar uma análise que teria identificado "fragilidades na governança e implementação" dos projetos do fundo. Analisar, ademais, proposta do Ministério do Meio Ambiente de modificação das normas do fundo para permitir que os recursos possam ser usados, por exemplo, para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que viviam em áreas de unidades de conservação, bem como aumento do número de representantes do governo no fundo.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério do Meio Ambiente;
2. Representante da Secretaria do Governo da Presidência da República;
3. Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; e
4. Representantes da sociedade civil.
5. Francisco Gaetani, ex-Secretário Executivo do MMA
6. Adriana Ramos, Instituto Sôcio Ambiental
7. Ana Toni, Instituto Clima e Sociedade

Página: 1/4 28/05/2019 19:14:14

fa0b0ed317f237ad3fbfe718705560d7a1129f77



JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Amazônia foi criado em 2008 para receber doações destinadas a ações de conservação e combate ao desmatamento na floresta. É formado por dinheiro doado pela Noruega, principal financiador, e pela Alemanha. O fundo tem R\$ 3,4 bilhões e é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ocorre que, nos últimos dias, a imprensa tem noticiado uma série de ações do Governo Federal que tem deixado perplexa a comunidade científica e ambiental no Brasil e no mundo. A primeira notícia diz respeito a decisão do BNDES de afastar temporariamente a diretora Daniela Baccas do cargo de chefe do Departamento de Meio Ambiente, responsável pela gestão do Fundo Amazônia. Conforme noticiado pela imprensa, o afastamento ocorreu após o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, convocar a imprensa para criticar supostas irregularidades na aplicação de recursos do fundo. Segundo o BNDES, o afastamento “reflete prática natural enquanto se esclarecem as questões levantadas, não representando qualquer suspeita específica sobre a conduta dos funcionários do banco”. Baccas chefiava o setor desde 2017.

Conforme noticiado pelo site G1, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que, após análise realizada pela pasta em ¼ dos 103 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia – cerca de 30 contratos –, foram encontradas “irregularidades” e “inconsistências”. “Há problemas em 100% dos contratos de ONGs”, disse o mandatário da pasta ambiental. Entre as irregularidades elencadas por Salles estariam: alto percentual de contratos sem licitação, falta de comprovação das atividades, folhas de pagamento que consomem a maior parte do valor dos contratos, prestação de contas incompletas e contratos com entidades impedidas de fechar contratos com o estado. O ministro, no entanto, não citou



Página: 2/4 28/05/2019 19:14:14

fa0b0ed317f237ad3fbfe71b705560d7a1129f77



quais são os contratos, nem os contratados, tampouco informou como foi realizada a análise e quem foi responsável pelo trabalho de verificação.

Contudo, anteriormente apontada como participante da auditoria independente feita pelo MMA, a Controladoria-Geral da União afirmou que não participou de nenhuma análise envolvendo as contas do Fundo Amazônia. Por sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pela auditoria do Fundo Amazônia, também aprovou em 2018 as últimas contas, consideradas satisfatórias.

Como é cediço, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e tem R\$ 1,9 bilhão em projetos sobre redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, sendo que Noruega e Alemanha são os maiores doadores do Fundo.

Por fim, segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", o MMA quer usar o dinheiro do Fundo Amazônia para indenizar desapropriações. Ainda conforme a reportagem, o governo federal trabalha na edição de um novo decreto para alterar as normas do fundo e permitir que os recursos possam ser usados, por exemplo, para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que viviam em áreas de unidades de conservação. Em entrevista à TV Globo, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, confirmou essa intenção. Ele disse que "quer escolher algumas regiões onde o índice de desmatamento é alto, como o sul do Pará, e fazer projetos-piloto com uma série de ações de monitoramento e fiscalização. Nesses casos, segundo o ministro, o dinheiro do fundo seria usado para regularizar a posse da terra".

Com efeito, as atuais regras do fundo, no entanto, não permitem o uso do dinheiro para o "pagamento de indenização por desapropriação". As decisões são monitoradas pelos doadores, que exigem compromissos, como a redução do desmatamento. Organizações ligadas à conservação da natureza demonstraram



Página: 3/4 28/05/2019 19:14:14

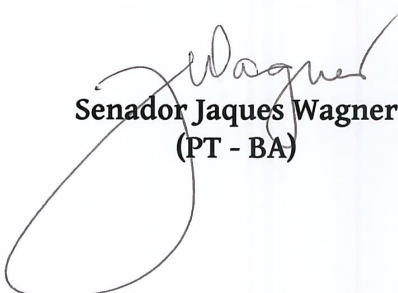
fa0b0ed317f237ad3fbfe718705560d7a1129f77



preocupação com a proposta do ministro do Meio Ambiente. Conforme noticiado pelo site G1, o diretor de políticas públicas do WWF, Raul Valle, diz que já existe um fundo de compensação por obras públicas, com R\$ 1 bilhão, para ser usado prioritariamente em regularização fundiária. E que a mudança proposta pelo ministro pode levar a um aumento do desmatamento. "Não tem uma estratégia de combate ao desmatamento publicada por esse governo. Então, a gente não sabe como vai ser eficaz essa proposta e tem que ser muito bem feito isso porque existe muita invasão de terra pública em unidade de conservação na Amazônia e, se mal usado esse recurso, pode justamente beneficiar quem tá invadindo terra pública; e gerar uma corrida ao desmatamento", disse Raul Valle.

São essas preocupações, nobres pares, que me levaram a submeter a Vossas Exclências a presente proposta de realização de Audiência Pública, que terá como objetivo esclarecer os fatos levantados pela imprensa, bem como debater as propostas de mudança em discussão no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2019.


Senador Jaques Wagner
(PT - BA)



SF/19570.69284-03 (LexEdit)

Página: 4/4 28/05/2019 19:14:14

fa0b0ed317f237ad3fbfe7187055560d7a1129f77

